

Resolução nº 608  
De 06 de outubro de 1994

Estabelece normas para as eleições dos membros do Conselho Superior do Ministério Público e seus suplentes pelos Procuradores de Justiça.\*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, parágrafo único da Lei Complementar nº 28, de 21 de maio de 1982, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 73, de 25 de julho de 1991, resolve baixar as seguintes instruções para regularem a eleição pelos Procuradores de Justiça, dos membros do Conselho Superior do Ministério Público e seus suplentes.

## INSTRUÇÕES PARA A ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELOS PROCURADORES DE JUSTIÇA

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Conselho Superior do Ministério Público é integrado, dentre outros membros, por 03 (três) Procuradores de Justiça indicados pelos Procuradores de Justiça, em escrutínio secreto, a serem eleitos de acordo com as presentes instruções, para mandato até 06 de fevereiro de 1997.

Art. 2º - A eleição processar-se-á em turno único tendo como colégio eleitoral a totalidade dos Procuradores de Justiça.

Art. 3º - Todos os Procuradores de Justiça, exceto os que estejam impedidos na forma do inciso II, do art. 14 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e nos termos da presente Resolução, são elegíveis, podendo candidatar-se mediante prévia inscrição, protocolizada na Divisão de Comunicação e Arquivo da Procuradoria-Geral de Justiça até 05 (cinco) dias após a publicação do edital de que trata o artigo seguinte.

Art. 4º - O Procurador-Geral de Justiça expedirá edital de convocação da eleição nele fixando dia, hora e local de votação.

Parágrafo único - O edital a que se refere este artigo será publicado no Diário Oficial, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do pleito.

### CAPÍTULO II DA MESA RECEPTORA E APURADORA

Art. 5º - A Mesa Receptora e Apuradora será composta pelo Procurador-Geral de Justiça, que a presidirá, pessoalmente ou por delegação, e por 04 (quatro) Procuradores de Justiça, por ele nomeados.

§ 1º - Até 05 (cinco) dias antes da eleição, o Procurador-Geral de Justiça fará publicar no Diário Oficial os nomes dos componentes da Mesa Receptora e Apuradora.

§ 2º - O Presidente da Mesa designará um de seus membros para secretariar os trabalhos.

§ 3º - Se algum dos integrantes da Mesa Receptora e Apuradora não comparecer até a hora marcada para o início da votação, o Presidente designará e convocará substituto, dentre os presentes.

Art. 6º - Os membros da Mesa Receptora e Apuradora são inelegíveis, devendo guardar absoluta imparcialidade na condução dos trabalhos e na aplicação das disposições normativas pertinentes.

### CAPÍTULO III

## DA VOTAÇÃO E DA APURAÇÃO

Art. 7º - A Mesa Receptora e Apuradora instalará seus trabalhos no dia e local determinados para a realização da votação, iniciando-se a recepção dos votos às 10:00 horas e encerrando-se às 17:00 horas.

Parágrafo único - À hora do encerramento, o Presidente fará entregar senhas aos eleitores presentes, prosseguindo a votação até que todos sejam chamados.

Art. 8º - O voto é pessoal e secreto, sendo vedado o seu exercício através de portador, procurador ou correspondência.

Art. 9º - Os eleitores exercerão o voto, em cabina indevassável, assinalando com uma cruz ou de modo que torne expressa a sua intenção, os quadriláteros correspondentes a até 03 (três) nomes dentre os candidatos constantes da cédula oficial.

Parágrafo único - A cédula será encerrada em sobrecarta previamente rubricada pelo Presidente da Mesa, ou por mesário especialmente designado, e depositada pelos eleitores em uma própria, após assinarem a relação de votantes.

Art. 10 - Serão considerados nulos os votos, quando:

I - houver nas cédulas ou nas respectivas sobrecartas escritos ou sinais que permitam a identificação do eleitor;

II - estiverem em cédula não oficial ou em sobrecarta não rubricada pelo Presidente da Mesa ou por mesário competente;

III - dados a mais de 03 (três) candidatos.

Art. 11 - Abertas as sobrecartas e apurados os votos válidos, a Mesa anunciará, de imediato, o resultado, proclamando eleitos os 03 (três) candidatos mais votados e lavrando-se, a respeito, ata circunstanciada.

§ 1º - Em caso de empate, considerar-se-á eleito o mais antigo na classe, ou, sendo igual a antiguidade, o mais idoso.

§ 2º - Os Procuradores de Justiça que se seguirem aos eleitos serão considerados seus suplentes, observada a ordem decrescente de votação.

## CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Qualquer reclamação ou impugnação, relativa à recepção ou apuração dos votos ou à proclamação dos eleitos, deverá ser formulada imediatamente, sob pena de preclusão.

Art. 13 - As questões suscitadas na forma do artigo anterior serão decididas pela Mesa Receptora e Apuradora, por maioria, tendo seu Presidente voto de membro e de qualidade.

Art. 14 - A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público proverá a Mesa Receptora e Apuradora dos meios materiais necessários à realização do pleito.

Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Receptora e Apuradora.

Art. 16 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO CARLOS BISCAIA  
Procurador-Geral de Justiça

\* Ementa sugerida pelo MP Colaborativo